

# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

## ÁREA 20 – SISTEMAS POLÍTICOS E DIREITOS DA CIDADANIA

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará penalização ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 51

Nas últimas décadas, houve esforços sistemáticos para definir melhor os conceitos de poder e dominação. Existe um consenso de que, para compreender poder político, é preciso um leque de métodos para averiguar o dinamismo dos processos de decisão nas estruturas e instituições que condicionam a dinâmica do poder. A respeito de poder e dominação, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Influência, vista como sinônimo de poder, não pode ser explicada apenas pelas diferenças na distribuição de recursos políticos, na competência com que os indivíduos a usam, inclusive para ampliar sua influência.
- ❷ Poder, como uma das variáveis fundamentais da política, foi classificado pelos que privilegiam métodos empíricos de sua observação, como sendo legal — embasado nos ordenamentos jurídico-constitucionais —, tradicional — onde a tradição impõe subordinação dos súditos ao senhor — e carismático — onde o exemplo ou o poder de extrair dedicação irrestrita predomina.
- ❸ Ao introduzir a psicologia para examinar as relações entre poder e meios de influência pessoal, identificaram-se os indivíduos com personalidades que transferem, racionalmente, impulsos pessoais privados para a vida pública como os mais influentes e poderosos, inclusive explicando o comportamento de personalidades autoritárias.
- ❹ A descrição e a análise do poder político de comunidades locais não determinam as relações entre as elites e outros setores da população, assim como a composição das elites.
- ❺ Os métodos reputacional de reconstrução de decisões e funcionalista são extremamente frágeis na investigação do poder político, embora tenham sido vastamente utilizados nas últimas décadas.

#### QUESTÃO 52

Com relação às diferentes teorias da democracia, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Uma das tipologias que mais ajudam a entender as democracias modernas é a que leva em conta o comportamento das elites (coesa ou confrontacionista) e se a estrutura da sociedade é homogênea ou plural. Ao se encontrarem situações em que existe a combinação de pluralismo social com uma elite coesa, tem-se uma situação de estabilidade política que pode ser, em última análise, uma situação oligopólica, com ausência de controle popular, verdadeiro *leviatã* democrático ou fascismo amigável.
- ❷ A teoria democrática radical foi desenvolvida durante os anos conflituosos, entre 1930 e 1945, partindo da análise acerca de democracias européias, incluindo a experiência stalinista da antiga URSS e a era Roosevelt nos Estados Unidos da América (EUA).
- ❸ Uma teoria decisional da democracia fundamenta-se em determinar quando é necessário ou conveniente coletivizar decisões que dizem respeito a uma comunidade e, relacionado com o anterior, como deveria proceder-se na coletivização de decisões. Isso leva em conta os custos para os recipientes das decisões e os riscos para os tomadores de decisão.
- ❹ Democracia social, democracia em um sentido social, como um estado da sociedade — sua igualdade de *status*, modos e costumes — consubstancia-se na igualdade social que Karl Marx idealizou para a sociedade pós-capitalista.
- ❺ Democracia econômica, por sua vez, complementa a democracia política, denotando uma democracia cujo objetivo é a redistribuição da riqueza, a equidade econômica, a igualdade de oportunidades e o controle dos trabalhadores sobre a economia.

**QUESTÃO 53**

Com referência à representação política, julgue os itens em seguida.

- ❶ O grau de proporcionalidade com que os sistemas eleitorais traduzem votos em assentos parlamentares e seus efeitos nos sistemas partidários, as diferentes formas de representação, a magnitude do distrito, o número de representantes eleitos por distrito e o mínimo de votos de que um partido precisa para ter representantes são formas equivocadas de identificar a representação política.
- ❷ No Brasil e nos EUA, os candidatos surgem por seus próprios meios, financeiros e(ou) outros, porque os respectivos sistemas partidários e a representação política são extremamente débeis, pouco estruturados e altamente descentralizados.
- ❸ O sistema alemão — vigente desde 1953 — funciona como o sistema de representação proporcional personalizado perfeito, ao eleger metade do parlamento com votos em distritos uninominais plurais e a outra metade com votos em listas de representação proporcional dos partidos nacionalmente organizados.
- ❹ No sistema Hare — voto singular transferível (VST) —, o eleitor escreve a lista de sua preferência sem referência a partidos ou legendas. Qualquer sobra de votos é realocada de acordo com a segunda preferência. Os últimos candidatos são sucessivamente eliminados. Esse sistema é perfeitamente proporcional e foi concebido para enfraquecer os partidos.
- ❺ Na maioria dos países em que o sistema Hare é utilizado, os eleitores sabem muito bem em quem votam, identificando os candidatos e os partidos.

**QUESTÃO 54**

Ainda a respeito da questão da representação política, julgue os itens seguintes.

- ❶ No Japão, a representação política se dá em sistemas eleitorais com base no voto em um só candidato em uma cédula em branco, por distritos com múltiplos assentos, sem nenhuma indicação de candidatos ou de partidos japoneses na cédula. Isso confirma a força partidária em representação proporcional, sem recurso a listas partidárias fechadas.
- ❷ Nas democracias ocidentais, os meios de comunicação influem decisivamente na representação política, ao eliminar o debate direto e o contato dos candidatos com os eleitores, pois cancela uma série de estímulos de propaganda e de *marketing* político.
- ❸ Ao explicar as tendências oligárquicas dos partidos políticos, Robert Michels igualmente explica a questão da representação dos partidos políticos, especialmente os partidos europeus fortes, uma vez que o eleitor vota no partido, mas o partido é quem escolhe o candidato. Portanto, o candidato é mais do partido do que dos eleitores.
- ❹ A representação política no final do século XX e início do século XXI tem tomado novas formas, ao fundamentar-se, exclusivamente, nos interesses cristalizados nos novos movimentos sociais e nas organizações não-governamentais (ONGs).
- ❺ A cidadania brasileira crescentemente tem demandado novas formas de representação, entre elas, quotas para mulheres e para negros nos partidos, no Congresso Nacional e nas universidades.

**QUESTÃO 55**

No que concerne aos sistemas de governo e outros temas correlatos, julgue os itens abaixo.

- ❶ A combinação de pluripartidarismo e parlamentarismo não garante, por si só, a estabilidade política e a governabilidade, como demonstram os casos clássicos da República de Weimar (Alemanha) e da Quarta República Francesa.
- ❷ Diversos estudos indicam que não há democracias estáveis que combinem pluripartidarismo com presidencialismo puro.
- ❸ Na verdade, os partidos hegemônicos dominantes nos sistemas presidenciais têm gerado grande estabilidade, ainda que acarretando situações de autoritarismo civil.
- ❹ As regras eleitorais brasileiras permitem reeleição; os grupos de pressão são fundamentais na escolha dos candidatos, e barreiras étnicas e religiosas são praticamente automáticas contra não-membros. Entretanto, outras barreiras independem de fatores políticos, econômicos ou sociais.
- ❺ No Estado moderno, o governo, do ponto de vista constitucional, é a instituição em que se manifesta o poder estatal em toda a sua plenitude e autonomia, mesmo que o partido ou uma coligação de partidos, ou mesmo grupos de interesse, venha a exercer pressão legítima sobre as ações de governo.

**QUESTÃO 56**

Julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Governo representativo é o mecanismo pelo qual uma distribuição de assentos por distritos eleitorais que seguem rigidamente as clivagens culturais ou étnicas de uma população produzirá representantes que privilegiam idéias políticas locais.
- ❷ Se o sistema for de distribuição de assentos em sistema de distritos uninominais, em que se elege um representante por uma maioria simples, acentuam-se as idéias políticas majoritárias em cada distrito.
- ❸ Em sistema de distritos plurinominais, em que partidos minoritários têm alguma chance de eleger pelo menos um candidato, o Congresso Nacional se vitaliza com a renovação do debate parlamentar, ao garantir que minorias tenham voz e representação no parlamento nacional.
- ❹ Orçamento participativo é uma das experiências bem-sucedidas no aperfeiçoamento da representação política.
- ❺ O voto obrigatório é praxe em todas as democracias parlamentares, pois assegura a participação de todos os eleitores.

**QUESTÃO 57**

No que se refere ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- ❶ A recente aprovação da regulamentação das medidas provisórias, previstas na Constituição da República, pondo fim à livre prática de edição e reedição de MPs pelo presidente da República, trouxe grande transtorno para as relações entre o Executivo e o Legislativo, uma vez que se configurou uma verdadeira paralisa decisória.
- ❷ Como todo e qualquer indivíduo, o parlamentar procura decidir de acordo com os seus próprios interesses e, portanto, de acordo com o maior valor prezado por uma sociedade, que é o bem comum.
- ❸ Nada tem efeito mais deletério, na disciplina dos partidos e na capacidade dos partidos em decidir políticas públicas no Poder Legislativo, que a tentativa do Estado em forjar apoio político, alinhando o Executivo e o Legislativo para obter maioria em votações cruciais.
- ❹ Número de partidos e polarização ideológica servem como parâmetros fundamentais para determinar a eficiência do processo legislativo, em termos de iniciativa e de construção de maiorias.
- ❺ O Poder Legislativo norte-americano espelha a debilidade dos dois partidos principais em salvaguardar a disciplina de seus membros no congresso, mostrando que o congressista norte-americano, como o brasileiro, está propenso a votar propostas e projetos de lei que incorporem plenamente seus interesses individuais.

**QUESTÃO 58**

Com relação às doutrinas políticas, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A doutrina de soberania popular atribui o poder efetivo de instituir ou eleger um governo representativo a partir de legisladores ou de todos os cidadãos.
- ❷ A doutrina política contratualista sempre conseguiu traduzir seu corpo teórico e conceitual em instituições e práticas democráticas.
- ❸ O desenvolvimento da democracia representativa contemporânea ocorreu em perfeita sintonia com a doutrina social-cristã. Nos países ocidentais cristãos, a democracia representativa desenvolveu-se em duas frentes principais: a primeira, em que o voto foi gradualmente sendo ampliado até atingir o sufrágio universal; a segunda, em que se verificou a gradativa implantação de instituições representativas a partir das assembléias legislativas nacionais até os conselhos ou câmaras locais.
- ❹ No tocante a assuntos das Américas, a doutrina Monroe de 1823 especifica claramente os princípios pelos quais se regeram as relações de poder em política internacional entre os EUA e a Europa.
- ❺ A doutrina marxista reúne os princípios coordenados em reação às consequências do regime capitalista nas grandes massas das cidades européias que viveram a Revolução Industrial do século XIX.

**QUESTÃO 59**

A sociedade e a política brasileiras experimentou presença de vários partidos ao longo da segunda metade do século XX. Nesse período, três diferentes momentos destacam-se na organização política dos partidos. A esse respeito, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A UDN, o PSD e o PTB, partidos predominantes durante o multipartidarismo no período de 1946 a 1964, foram responsáveis pela perfeita organização de partidos políticos no Brasil, uma vez que estavam profundamente sintonizados com os interesses dos eleitores, e seus parlamentares, plenamente subordinados ao interesse comum.
- ❷ Os partidos brasileiros, independentemente dos regimes políticos, sempre tiveram organização e estrutura rigidamente desenhadas pelas diferentes leis orgânicas dos partidos políticos.
- ❸ Entre os anos de 1974 e 1985, nos quais ocorreu a mudança de bipartidarismo para multipartidarismo, houve uma criteriosa administração da oposição consentida, por parte dos governos militares.
- ❹ O governo João Figueiredo, enquanto pôde, conteve os movimentos políticos que visavam à abertura total, incluindo a participação de setores excluídos da população que se mostravam muito descontentes com o modelo econômico centralizador de rendas adotado.
- ❺ A predominância das práticas clientelísticas, da utilização das nomeações para cargos públicos e de contratos de obras e serviços pelo Estado continua sendo fator de fortalecimento partidário e da consolidação da democracia brasileira.

**QUESTÃO 60**

As novas democracias latino-americanas conseguiram, em parte, manter um sistema partidário com características definidas e a longo prazo. O Brasil desenvolveu um sistema partidário de relativa fragilidade, mas os partidos competem no mercado eleitoral e atuam como agentes ativos no processo decisório. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ A grande qualidade do sistema partidário brasileiro consiste na sua pequena fragmentação e na sua consistência nos diversos estados e regiões.
- ❷ Os movimentos de reforma partidária no Brasil têm consistentemente conseguido constranger, estruturalmente e por meios da legislação, a facilidade com que partidos políticos são formados, dissolvidos ou mesmo fundidos, a fidelidade partidária e a transparência no financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.
- ❸ A fragilidade dos partidos deve-se, em grande parte, às instituições que controlam o potencial de conflito e de desagregação da sociedade brasileira, tais como o poder moderador, no Império, o controle do processo eleitoral e do Legislativo na política dos governadores, na Primeira República, e o sistema consociativo que, segundo Bolívar Lamounier, adota representação proporcional nas eleições para a Câmara Federal e o regime presidencialista forte e centralizado.
- ❹ No Brasil, a característica fundamentalmente desagregadora dos partidos brasileiros foi passada ao sistema político e ao Legislativo.
- ❺ Os sistemas majoritários, como o inglês e o norte-americano, são sistemas potencialmente desagregadores, pois pulverizam a representação política.

**QUESTÃO 61**

Representação política é a existência de semelhança social entre os que representam e os que são representados nos partidos políticos, e retrata um dos grandes debates correntes na política brasileira. No Brasil, é visível a presença de empresários nos partidos conservadores e de centro. Na bancada dos partidos progressistas, é clara a presença de sindicalistas e de profissionais de classe média. Com relação aos modos de representação política, julgue os itens seguintes.

- ❶ Essa distribuição de representantes e representados no Brasil é uma indicação clara da correspondência existente entre a estrutura social e a representação parlamentar.
- ❷ Vínculos com associações da sociedade civil são responsáveis pela eleição de parlamentares em nível estadual, mas não pelas eleições para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- ❸ Elites políticas organizam-se nos estados, e seu papel na articulação das negociações nacionais pode determinar seu poder na política local, estadual ou nacional.
- ❹ Arranjos e instituições políticas brasileiras têm sido dominados por elites regionais que exercitam clientelismo político, controle oligárquico de partidos políticos ligados ao executivo estadual e restrições na competição — limites à entrada de novos concorrentes.
- ❺ Uma das causas principais da forma ineficaz de representação política nos partidos com bancada no Congresso Nacional tem base no sistema de representação proporcional, com lista aberta que é adotado.

**QUESTÃO 62**

O Brasil é um dos poucos países no mundo que adotam o presidencialismo, com regras eleitorais de lista aberta e sistema de representação proporcional para as eleições legislativas. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Uma vez que o resultado prático de uma eleição representa a consequência de múltiplas estratégias, apenas sabendo as intenções dos deputados candidatos, é impossível conhecer os comportamentos de campanhas individuais de cada um deles.
- ❷ Na verdade, o estado é um distrito com um número mínimo e um número máximo de membros.
- ❸ O sistema eleitoral de representação proporcional brasileiro garante ao eleitor dois votos desvinculados: um no partido de sua preferência e outro no nome ou número do candidato de sua escolha.
- ❹ O comportamento e a produção legislativa dos parlamentares, assim como o seu relacionamento com os líderes do executivo estadual e local, são absolutamente irrelevantes para o sucesso do candidato.
- ❺ A sincronização das eleições legislativas com a dos executivos federal e estadual contribuiu decisivamente para consolidar a governabilidade no país.

**QUESTÃO 63**

Com relação às reformas políticas, julgue os itens em seguida.

- ❶ Um das mais importantes modificações na legislação eleitoral e em parte da reforma política executada até hoje, no Brasil, foi a mudança, no sistema eleitoral, de lista aberta para lista fechada dos partidos, ocasionando uma relevante transformação nas estratégias de campanha e nos mecanismos de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.
- ❷ As mais duradouras reformas políticas no Brasil não passaram de simples engenharia institucional para garantir maioria parlamentar governista no Congresso Nacional, com a condução do processo decisório do Legislativo atrelado ao Executivo.
- ❸ No caso das eleições a partir de 1998, passou-se a considerar como inválidos os votos em branco, excluindo-os do cálculo do quociente eleitoral utilizado para o cálculo da distribuição de cadeiras nas eleições proporcionais da câmara dos deputados, das assembleias estaduais e da câmara dos vereadores.
- ❹ Uma reforma introduzida no sistema de representação para as eleições de 1998 permite que deputados e senadores sejam responsabilizados pelo eleitorado, e seus mandatos podem ser retirados a partir de reforma chamada tecnicamente de *recall* ou substituição.
- ❺ A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias preencheram plenamente os mecanismos de controle social dos gastos públicos determinados pela Constituição da República e pelas práticas do Executivo e do Legislativo.

**QUESTÃO 64**

Da definição clássica de Aristóteles, depreende-se a tipologia de regimes políticos que distingue a monarquia da aristocracia e da democracia. A cada uma dessas correspondiam os problemas de tirania, oligarquia e demagogia. A grande dificuldade é saber como os recursos são distribuídos, se em benefício de todos ou apenas em benefício dos detentores do poder. No que se refere aos regimes políticos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Segundo Hélio Jaguaribe, o Brasil passa de uma democracia de notáveis para uma democracia de classe média e, em seguida, para uma democracia de massas. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, estabeleceram-se todas as condições institucionais que permitiram a implantação definitiva da democracia social consolidada.
- ❷ O regime político atual reflete uma sociedade altamente desigual, em que os recursos escassos são distribuídos de acordo com o poder político e econômico de cada segmento social.
- ❸ São condições necessárias para que os povos possam manifestar-se e exercer influência sobre os governos: liberdade de expressão e de associação, direito de voto, direito de informação alternativa, direito de os líderes políticos competirem por apoio, elegibilidade para cargos públicos e decisões livres. Isso é poliarquia.
- ❹ A democratização possui duas dimensões principais: a liberalização e a participação. No Brasil, após 1988, houve maior participação que liberalização, adequando-se ao modelo poliárquico.
- ❺ Na transição do regime militar para o democrático atual, a participação das massas serviu mais como pressão pontual para mudanças no regime político do que como capacidade em influir no governo e nas decisões.

**QUESTÃO 65**

O processo de consolidação da democracia centrado nos sistemas partidários é uma maneira significativa de compreender como as democracias funcionam, de saber se existe competição entre partidos com regras de aceitação dos resultados, se eleições funcionam como instituições legítimas que determinam quem governa e se os partidos são organizados com regras e estruturas. Sendo assim, um sistema de partidos institucionalizado é importante para o processo de consolidação democrática. A respeito desse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia, Venezuela e Costa Rica apresentaram, nos anos de transição para a democracia, os sistemas de partidos e de regras eleitorais mais estáveis, sendo, portanto, sistemas totalmente institucionalizados, em contraste com outros sistemas latino-americanos.
- ❷ Alguns dos critérios relevantes de institucionalização dos sistemas partidários são eleições regulares — raízes permanentes dos partidos na sociedade —, cidadãos e interesses organizados — que legitimam o processo eleitoral e os partidos políticos — e, por último, a relativamente sólida organização dos partidos.
- ❸ Os sistemas partidários brasileiro, boliviano, peruano e equatoriano podem ser considerados os mais imperfeitamente formados na América Latina.
- ❹ Os problemas em exercer a responsabilização dos governantes são mais acentuados onde existem sistemas partidários institucionalizados devido à rigidez das regras em vigor.
- ❺ Corrupção eleitoral é grandemente coibida pela competição entre partidos.

**QUESTÃO 66**

A propósito da estrutura e da organização social, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A mais importante constatação acerca da estrutura social brasileira é que existe uma profunda fragmentação racial, local e regional, que é fator restritivo à individualização das relações sociais, um dos requisitos para a existência de uma sociedade civil.
- ❷ O reconhecimento de direitos formais não é suficiente para garantir a cidadania. Cidadania é o resultado de um processo histórico, econômico e cultural, que estabelece, ou não, as condições para a formação da sociedade civil e da cidadania.
- ❸ O movimento do trabalhador rural contemporâneo difere daquele que lhe deu origem nos anos 60 na medida em que houve, nesses quarenta anos, uma grande modernização da agricultura e a maciça introdução de serviços de seguridade social por meio dos sindicatos rurais.
- ❹ Estrutura, como uniformidades observáveis, compõe-se do conjunto das instituições e dos papéis interligados na conceituação do estruturalismo marxista.
- ❺ Para os analistas da estrutura e da organização social, estruturas de produção econômica são uma condição necessária para a existência da estrutura jurídica e para o ordenamento das relações entre indivíduos e indivíduo-sociedade. Assim, essas últimas relações dão forma e vida às relações entre indivíduos e produção.

**QUESTÃO 67**

Grupos sociais pobres, no mundo desenvolvido, receberam, a partir do keynesianismo, mecanismo de proteção e garantias de alívio para suas necessidades básicas. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Uma das formas de entender o aumento ou a diminuição dos programas sociais de auxílio para os pobres é examinar atentamente suas funções como reguladores do comportamento político ou econômico dos pobres.
- ❷ Distúrbios da ordem social produzidos pelo desemprego em massa ocasionaram, segundo evidências históricas, o início ou a expansão dos mecanismos de alívio para os pobres durante os séculos XIX e XX.
- ❸ A crise fiscal da década de 70 do século XX obrigou a maioria dos países a expandir o sistema de bem-estar social a rever seus gastos, eliminando muitos dos benefícios existentes.
- ❹ No Brasil, o controle social das políticas públicas ocorre por meio de conselhos comunitários bem-organizados e eficazes, que alocam recursos públicos recebidos do poder central.
- ❺ Na maioria dos países latino-americanos e no Brasil, em particular, sempre houve uma relação bem estruturada entre organizações políticas, atores sociais e o Estado, mesmo atualmente, quando novos atores apareceram, como novos sindicatos, tentando adaptar-se ao mundo globalizado, e novos partidos políticos com *ilusionismo* eleitoral e renovadas formas de *caudilhismo* tradicional.

**QUESTÃO 68**

Entende-se por desigualdades sociais e pobreza a incapacidade de buscar o bem-estar individual e familiar e de funcionar como ser humano em sociedades organizadas. A respeito da desigualdade, da pobreza e da exclusão social, julgue os itens seguintes.

- ❶ Uma das causas principais para o aumento da desigualdade e da pobreza com exclusão social é a crescente precarização das relações de trabalho e a conseqüente diminuição no financiamento do sistema de proteção social.
- ❷ As altas taxas de acumulação e o alto nível de emprego no imediato pós-Segunda Grande Guerra Mundial foram fatores que impulsionaram velozmente o sindicalismo, que, por sua vez, trouxe conflitos, levando à *débâcle* dos sistemas de bem-estar social pouco tempo depois.
- ❸ O desemprego e a desregulamentação das leis do trabalho são conseqüências da grande e crescente migração de pobres para as áreas de alta concentração industrial urbana.
- ❹ No combate à desigualdade e à erradicação da pobreza, os governos combatem aqueles aspectos da desigualdade que mais se apresentam abjetos ou ofensivos à concepção de justiça vigente, porque traduzem exatamente as maiores inquietações dos formuladores e dos que decidem políticas sociais.
- ❺ Coesão social é impossível de obter-se, na medida em que os processos de globalização envolvem processo de segmentação e fragmentação social e crescentes desigualdades sociais, uma vez que os mecanismos de solidariedade e os benefícios sociais existentes foram convertidos em seguros privados.

**QUESTÃO 69**

Com relação à violência urbana, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Especialistas alertam para a reforma das instituições policiais, judiciais e sistema prisional como elementos acessórios para coibir a violência no Brasil. Nesse caso, efetivos, armas e coerção são os recursos mais eficazes.
- ❷ A Lei do Crime Hediondo, de 1990, teve o efeito de reduzir drasticamente a violência policial.
- ❸ Uma das grandes dificuldades para a elaboração e a decisão de políticas contra a criminalidade e a violência é a carência de estatísticas confiáveis acerca das mortes resultantes de homicídios, agressão e outras formas de violência.
- ❹ Os dados empíricos recentes mostram que o crescimento brutal da violência seguida de morte, no Brasil, concentrou-se nas zonas rurais onde a questão da terra ainda é a razão primordial para assassinatos.
- ❺ Execuções sumárias, tortura e detenções arbitrárias pela polícia e por grupos ligados à segurança privada e ao crime organizado sucedem-se, um após o outro, em bairros residenciais ricos e de classe média.

**QUESTÃO 70**

A respeito de ação coletiva e de novos atores sociais, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Embora muitos novos grupos com interesses comuns pelos direitos civis, políticos e sociais estejam frouxamente organizados, houve, nos últimos anos, uma verdadeira enxurrada de propostas e reivindicações de movimentos trabalhistas urbanos e de classe média profissional.
- ❷ A ação coletiva produzida em grande escala por grupos sociais é incapaz de mobilizar grupos decisivos, mesmo com incentivos especialmente selecionados para tal.
- ❸ O poder político e a organização dos grupos de interesse econômico são desproporcionais em relação ao poder de persuasão e influência nas organizações e instituições políticas em face dos movimentos de gênero, de consumidores e étnicos, mas esses novos atores têm poder igual ou superior ao dos grupos econômicos, quando o assunto envolve as grandes questões de interesse nacional.
- ❹ Estudos indicam que os segmentos mais privilegiados da população brasileira são os que têm maiores dificuldades em posicionar-se em relação ao *continuum* satisfação – insatisfação com a democracia.
- ❺ As profundas desigualdades entre ricos e pobres desaparecem ao se examinarem a ação coletiva e a dinâmica dos interesses no governo federal, no Congresso Nacional e na justiça, dada a incorporação de mecanismos de atendimento direto das demandas sociais.

**QUESTÃO 71**

Julgue os itens abaixo, relativos aos movimentos sociais.

- ❶ A existência da democracia é que atrai a participação dos cidadãos, pois ela permite a existência de condições político-culturais que dão prestígio à vida política.
- ❷ A legitimidade política passa a ser elemento fundamental que afere como a sociedade avalia instituições políticas, medida pela intensidade de participação nos movimentos sociais e no desempenho dos governos.
- ❸ Os novos segmentos sociais são mais ativos, ao mostrar seu descontentamento com o desempenho dos políticos, em virtude de sua curta experiência na ação coletiva da política.
- ❹ Acerca da participação dos que detêm baixa renda na política, pode-se afirmar que esse grupo entende por democracia exclusivamente a melhoria das condições materiais da própria vida.
- ❺ Diante do quadro de exclusão social, de pouca credibilidade dos políticos e das instituições políticas, os cidadãos brasileiros tomaram a iniciativa de combate à corrupção e à violência por meio da atuação conjunta com o Congresso Nacional e com o Poder Judiciário.

**QUESTÃO 72**

Entre as medidas políticas necessárias, mais diretamente ligadas ao sistema de proteção social no Brasil, estão: o aumento e o redirecionamento do gasto social; a revisão do financiamento dos programas sociais; a reforma dos parâmetros e do perfil de proteção social, segundo critérios mais justos de equidade, conferindo um caráter redistributivo mais forte; e a reforma administrativa na máquina estatal responsável pelas políticas sociais, de modo a corrigir suas piores distorções. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Uma das características da política social brasileira tem sido o seu conservadorismo, embasada no mérito e no individualismo, seguindo o modelo liberal, de padrão redistributivista social-democrático.
- ❷ Ainda que componha uma significativa parcela dos gastos sociais públicos, o tamanho das organizações, o escopo dos serviços, o peso das burocracias envolvidas e o grande número da clientela dos programas fizeram que o desempenho do sistema de políticas sociais estivesse sempre muito abaixo das necessidades sociais da população.
- ❸ Na concepção das políticas sociais, a premissa básica é a capacidade que a sociedade tem de redistribuir recursos solidariamente.
- ❹ O Estado brasileiro tem agido para ampliar as oportunidades básicas de educação e saúde, por meio dos sistemas públicos, para os indivíduos e suas famílias, formalmente vinculados ao mercado de trabalho.
- ❺ No início da década de 90 do século XX, o Brasil experimentou uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que propalavam-se programas de assistência social dos mais abrangentes, os recursos para os programas minguavam ou eram desviados, e havia uma grande deterioração dos serviços públicos.

## Texto CE-I – questões 73 e 74

(...) Esse foi o quadro de igualização simplesmente formal notado pelos constituintes de 1988, a evidenciar a necessidade de correção de rumos. Na Constituição atual, adotou-se, pela primeira vez, um preâmbulo, em que se dizia da opção por uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. A Constituição da República inicia-se com o artigo que lhe revela o alcance: constam, como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Do artigo 3.º vem-nos luz suficiente ao agasalho de uma ação afirmativa, à percepção de que o único modo de corrigir desigualdades é colocar o peso da lei, com a imperatividade que ela deve ter, a favor daquele que é tratado de modo desigual.

Marco Aurélio Mendes de Farias e Mello. *A igualdade e as ações afirmativas*. "Opinião". In: *Correio Braziliense*, 20/12/2001, p. 5 (com adaptações).

### QUESTÃO 73

Julgue os itens abaixo, com relação às categorias e às idéias do texto CE-I.

- 1 O texto menciona a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República, definindo que é característica republicana a forma de governo presidencial.
- 2 A referência ao quadro de igualação simplesmente formal indica o reconhecimento da predominância, nas constituições anteriores à de 1988, do princípio denominado por Benjamin Constant de liberdade dos antigos.
- 3 A "correção de rumos" promovida na Constituição da República de 1988 pressupõe legítima representação política.
- 4 A expressão "opção por uma sociedade fraterna" reflete idéia cuja fundamentação encontra-se em doutrina política moderna.
- 5 A Constituição da República nasce de um poder que é todo soberano e, por esta razão, denominado Poder Legislativo.

### QUESTÃO 74

Considerando ainda as categorias e as idéias do texto CE-I, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto confirma a idéia que a instituição-matriz dos direitos humanos, na História, foi a limitação institucional do poder político.
- 2 A proteção da dignidade humana constitui permanente desafio ao discernimento dos governantes, porque se fundamenta na subordinação do direito à vontade do homem.
- 3 O texto evidencia uma correção de rumos constitucionais orientada para a consecução de ações afirmativas, tornando inconstitucional qualquer forma de discriminação.
- 4 O texto, ao aludir à adoção, pela primeira vez, de um preâmbulo contendo enunciados referentes a direitos fundamentais, fortalece a concepção de que os direitos individuais básicos são do domínio soberano do Estado, sendo ilegítima a interferência, nesse domínio, da comunidade internacional.
- 5 O texto refere-se à correção de desigualdades, reivindicando uma política de defesa dos direitos fundamentais que contribua para a expansão das garantias individuais, embora o conceito de soberania do Estado-povo, na elaboração de sua Constituição, limite judicialmente o reconhecimento do caráter constitucional dos tratados de direitos humanos.

### QUESTÃO 75

Em sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos — caso Villagrán Morales e outros e Meninos de Rua —, o juiz e atual presidente desse tribunal, o brasileiro Antonio Augusto Cançado Trindade, inseriu em seu voto um conceito novo, denominado projeto de vida, definindo-o como "consustancial do direito à existência", a requerer, para seu desenvolvimento, "condições de vida digna, segurança e integridade da pessoa humana", conforme os termos seguintes extraídos de seu voto:

"Uma pessoa que em sua infância vive, como em tantos países da América Latina, na humilhação da miséria, sem a menor condição sequer de criar seu projeto de vida, experimenta um estado de padecimento equivalente a uma morte espiritual; a morte física que a esta segue, em tais circunstâncias, é a culminação da destruição total do ser humano."

Julgue os seguintes itens, com relação à situação descrita acima.

- 1 Na fundamentação de seu voto, o presidente Cançado Trindade estabeleceu uma correspondência inadequada entre o direito à vida, inscrito na categoria dos direitos fundamentais, e o direito ao pleno desenvolvimento das crianças, que depende de condições economicamente possíveis.
- 2 Na decisão, operou-se um excesso interpretativo porque reparação por "projeto de vida" não se inclui entre os elementos de cálculo do dano material ou do dano moral previstos nos sistemas de Direito Civil.
- 3 A decisão se insere no pressuposto de ilimitação do grau de aplicabilidade de um princípio, prevista na doutrina, o que significa que ele nunca pode ser tido como integralmente cumprido, havendo ampliação continuada de seus efeitos.
- 4 O alcance dado pela sentença para incluir, no universo conceitual das reparações previstas no artigo 63.º I da Convenção Americana, o "dano ao projeto de vida" prevalece ainda quando se incluam, na noção ampliada de vítima, as mães de crianças assassinadas.
- 5 Frente ao imperativo de proteção da vida humana e às inquietações e reflexões suscitadas pela morte, a exigência dogmática de separar considerações de ordem jurídica das de ordem moral atribui ao direito internacional dos direitos humanos a aplicação subordinante de normas morais sobre as normas jurídicas.

### QUESTÃO 76

Uma edição recente de jornal da capital federal estampou a seguinte manchete: "Menor atropela criança".

A distinção, carregada de conteúdo ideológico, traz à baila determinadas regras estabelecidas pelas Nações Unidas.

Com base na situação apresentada e segundo as regras referidas acima, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A designação menor caracteriza o infrator; criança, a vítima, conforme as regras de Beijin.
- 2 Na prevenção da delinquência juvenil, que é parte essencial da prevenção do delito na sociedade, deve-se, conforme as diretrizes de Riad, obedecer a políticas de criminalização das condutas para evitar que o comportamento delinqüente de jovens infratores prejudique o desenvolvimento dos demais.
- 3 A inimputabilidade não implica irresponsabilidade, tampouco impunidade, uma vez que os jovens autores de atos infracionais estão sujeitos a medidas socioeducativas, inclusive a privação de liberdade.
- 4 A redução da idade de imputabilidade penal tem por fundamento critério de política legislativa, havendo a possibilidade de se estabelecerem, legalmente, limites mais adequados à realidade brasileira.
- 5 O princípio de proteção integral materializa-se, nas diretrizes de Riad, por meio da recomendação de internação pelo maior espaço de tempo como forma de garantir o acompanhamento especializado e o pleno desenvolvimento de jovens e crianças.

**QUESTÃO 77**

Julgue os itens abaixo, considerando que, em cada um deles, é apresentada uma situação hipotética acerca dos direitos das minorias, seguida de uma assertiva a ser analisada.

- ❶ Empregado, portador de deficiência, admitido segundo os critérios da proporcionalidade previstos no artigo 93 da Lei n.º 8.213, de 24/6/1991, por meio de contrato por prazo indeterminado, foi dispensado, porém, após a contratação de substituto de condição semelhante. Nessa circunstância, a dispensa atendeu expressa disposição legal.
- ❷ Um candidato a emprego, após ter sido aprovado em primeiro lugar nas provas de habilidade, teve a sua admissão negada, alegando o empregador, no momento da entrevista de admissão, que deficiência física, naquele momento constatada, prejudicaria os negócios da empresa, porque a exposição eventual da deficiência poderia causar possíveis constrangimentos que afastariam seus clientes. Nessa circunstância, o candidato não poderá ser admitido porque a conduta do empregador, justificada como defesa dos interesses da empresa, poderá, apenas, ser caracterizada como moralmente intolerante, ensejando, no máximo, reparação por dano moral.
- ❸ Secretário de segurança anunciou, publicamente, sua intenção de recomendar a nomeação de ex-delegado de polícia para importante diretoria do sistema público de segurança. Diante de protestos de organizações não-governamentais, entre elas, o Grupo Tortura Nunca Mais, que denunciou crime de tortura praticado pelo ex-servidor, o secretário informou que estaria submetendo à autoridade competente projeto de anistia para salvaguardar a nomeação do importante técnico e afastar eventual óbice a sua nomeação. Nessa situação, a anistia não deverá ser concedida por ser insuscetível no crime de tortura.
- ❹ Chefe de pessoal de uma empresa, incumbido de organizar seleção de candidatas a emprego, determinou que se exigisse, na seleção, teste, exame, perícia, laudo ou, mais simplesmente, declaração acerca do estado de gravidez das candidatas. Nesse caso, a atitude do chefe de pessoal com relação a qualquer um dos itens sugeridos configura prática discriminatória, portanto, em tese, constituindo crime.
- ❺ Pequeno sítio do interior de São Paulo, associado à cooperativa local de produtores, levou a registro civil o nascimento de seu segundo filho e, na ocasião, requereu nova certidão de registro de nascimento de seu primeiro filho. Diante da recusa do serventuário em relação a este último requerimento, reclamou ao oficial, com fundamento em informação do presidente da cooperativa, segundo a qual a lei de proteção ao exercício da cidadania proíbe cobrar emolumentos pelos registros de nascimento e de óbito e por suas respectivas certidões. Nessa situação, a reclamação do sítio é procedente.

**Texto CE-II – questões 78 e 79**

Ora, no caso dos direitos, o que se coloca, portanto, é a figura da cidadania, justamente o sujeito civil dos primeiros modernos, em uma cidadania que pode ser pensada — e assim que ela nos é dada contemporaneamente — como uma cidadania ativa ou como uma cidadania passiva.

A cidadania ativa é aquela a que eu me referia há alguns segundos atrás, capaz de fazer o salto do interesse ao direito, que é capaz, portanto, de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito que se caracteriza pela sua autopoção como sujeito de direitos, que cria esses direitos e, no movimento da criação desses direitos, exige que eles sejam declarados, cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa, portanto, é o da criação dos direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política. A cidadania ativa é aquela que opera para interferir no interior do Estado.

Marilena Chaui. XIII Conferência Nacional da OAB.  
Belo Horizonte, 23/9/1990, p. 117 (com adaptações).

**QUESTÃO 78**

Julgue os itens que se seguem, considerando as idéias do texto CE-II.

- ❶ O sufrágio universal consumou plenamente o sentido de cidadania ativa, tal como reivindicavam os movimentos sociais presentes no processo de elaboração da Constituição de 1988.
- ❷ Caracteriza a cidadania ativa, no marco da Constituição da República de 1988, o exercício do poder, diretamente ou por meio de representantes.
- ❸ A idéia de cidadania ativa, que é capaz de operar para “interferir no interior do Estado”, realiza-se completamente, nos termos do artigo 1.º da Constituição da República de 1988, pelo requisito da representação.
- ❹ O sufrágio universal é instrumento de soberania do Estado e é exercido pelo voto secreto e direto.
- ❺ Plebiscito, referendo e iniciativa popular, exercidos nos termos da lei, são formas de realização da soberania do Estado.

**QUESTÃO 79**

Ainda considerando as idéias do texto CE-II, julgue os seguintes itens.

- ❶ As ações populares, propostas privativamente por cidadãos, apesar de constituírem iniciativa individual, podem ser consideradas um instrumento de cidadania ativa, capaz de operar para “interferir no interior do Estado”.
- ❷ Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular; associações, organizações sindicais e partidos políticos têm direito, privativamente, sem ressalvas, a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral.
- ❸ Todos têm, uma vez recolhidas as taxas e os emolumentos respectivos, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- ❹ Todos têm, independentemente do pagamento de taxas, o direito à obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- ❺ O preso será informado de seus direitos e poderá permanecer calado, mesmo se a prisão acontecer em flagrante delito, sendo-lhe assegurada ainda a assistência da família e de advogado.

**QUESTÃO 80**

Recentemente, a notícia da morte de conhecida artista nacional acabou revelando sua opção sexual, o que deu origem a intenso debate em vários meios jornalísticos, acadêmicos e jurídicos, referente a temas como união estável entre pessoas do mesmo sexo e definição acerca de direitos e obrigações decorrentes dessa relação. Com relação a essa questão, à luz dos direitos humanos, dos direitos fundamentais e dos direitos constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Apesar do grande avanço relativamente ao direito de opção sexual, em sede dos direitos humanos, o homossexualismo permanece em enquadramento penal, constituindo-se fato típico culpável.
- ❷ Apesar de não admitir a extensão do reconhecimento da união estável às pessoas do mesmo sexo, prevista na Constituição da República, o Poder Judiciário tem reconhecido o direito de dependência em planos de saúde, considerando os requisitos de vida em comum, laços afetivos e divisão de despesas.
- ❸ A concepção da homossexualidade como doença é, ainda, ponto relevante da ação dos movimentos sociais conduzidos por homossexuais em defesa dos seus direitos humanos.
- ❹ Apesar de toda a ação dos movimentos brasileiros de defesa dos direitos dos homossexuais, a constituinte de 1988 não incluiu, na Constituição da República, a expressa proibição de discriminação por orientação sexual.
- ❺ Segundo a Constituição da República de 1988, entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.



# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 10/3/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA 20 – SISTEMAS POLÍTICOS E DIREITOS DA CIDADANIA**

## SEGUNDA ETAPA – PARTE II – PROVA DISCURSIVA

Nos textos a seguir, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados textos escritos em locais indevidos**. Obedeça, em cada um, os limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão além da mínima estabelecida será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Nas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### Texto 5 – Parecer

Leia os textos seguintes.

#### Era FHC deixa reforma política na gaveta

Tida como prioritária no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a reforma política permanece, sete anos depois, emperrada no Congresso Nacional e não deve ser executada ao cabo do governo FHC.

Fragmentada, o que se chamava de reforma política transformou-se em projetos de lei isolados que, sem força nem consenso dos parlamentares, inclusive dos da base aliada, encontrarão dificuldade de ser votados. Principalmente por se tratar de ano eleitoral. “Não há espaço para a tramitação disso agora. Principalmente neste ano”, afirmou o deputado Geddel Vieira Lima – BA, líder do PMDB na Câmara dos Deputados.

Oficialmente, o governo não admite tal possibilidade. Divulga que os esforços estão centrados em apenas três itens da legislação político-eleitoral considerados mais importantes: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e fim de coligações em eleições proporcionais. “Hoje, ao falarmos de reforma, restringimos a esses temas”, disse o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB – SP).

O mais provável, no entanto, é que nem os projetos isolados consigam entrar na pauta. Por serem considerados polêmicos, as chances de haver consenso entre os partidos é mínima. “Eles não querem aprovar nada mesmo. Mandam a reforma em pedaços, como um salame de padaria, só para falar que tentaram. Depois, se não passa, a culpa é do Congresso”, disse o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro – BA. O governo já traçou as suas prioridades para este ano, entre elas a emenda referente à regulamentação do art. 192 da Constituição — que trata do sistema financeiro nacional — e a que prorroga a CPMF até dezembro de 2003. Nada de reforma política.

Há, ainda, na Câmara dos Deputados, três medidas provisórias que travam a pauta e outros projetos tidos como prioritários, entre eles a lei que permite o ingresso de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. Some-se a isso a polêmica em torno da segurança pública, que deve demandar do Congresso a aprovação de medidas. “Muitas coisas não andam pela falta de consenso dos parlamentares, e não pelo fato de a pauta estar cheia”, disse o líder do PSDB na Câmara, Jutahy Júnior – BA.

No ano passado, o presidente da Câmara, Aécio Neves, pôs o financiamento público no pacote ético — conjunto de projetos para melhorar a imagem do Congresso —, mas não houve acordo para a votação da proposta. Em tese, os partidos se manifestam favoráveis ao financiamento público, mas acabam apresentando empecilhos para aprová-lo.

Desde 1998, o Senado aprovou nove das onze propostas referentes à mudanças na lei político-partidária que constavam do relatório final da Comissão Especial de Reforma Política. As que foram para a Câmara continuam lá. Entre os projetos aprovados pelo Senado, está o que altera a Lei dos Partidos Políticos, ampliando de dois para quatro anos o tempo de filiação partidária exigido para que o candidato possa concorrer a um cargo eletivo. Foi aprovado também o projeto de lei que estabelece o financiamento de campanhas eleitorais exclusivamente com dinheiro público. A fidelidade partidária, prevista no projeto aprovado no Senado, não vingou na Câmara. Estudo da Comissão Especial da Reforma Política da Casa rejeitou o prazo mínimo de quatro anos de permanência em um partido. O relator da comissão, deputado João Almeida (PSDB – BA), apresentou um pacote com itens da reforma política menos polêmicos para ser aprovado antes de 5 de outubro do ano passado, quando se extinguiu o prazo para alterar as regras do pleito de 2002. Mas mesmo assim os partidos não se entusiasmaram para apressar a votação antes daquela data. O projeto de reforma política extenso feito pelo deputado nem chegou a ser examinado.

“O problema está na falta de empenho e vontade política. Os partidos estão acomodados do jeito que as coisas estão. O Poder Executivo tem de incluir na agenda. Não adianta falar e não mandar”, afirmou João Almeida.

Caso fosse possível alterar a legislação ainda neste ano, as novas regras só valeriam para as eleições municipais de 2004.

Julia Duailibi. In: *Folha de S. Paulo*, 17/2/2002 (com adaptações).

### **Deve continuar — Hermínia quer mais tempo**

O sistema político-partidário brasileiro é recente e necessita de mais tempo para ser reformado. Essa é a opinião da professora titular de Ciência Política da USP Maria Hermínia Tavares de Almeida. “Nosso sistema é recente. Temos de deixá-lo funcionar por mais tempo para então promovermos uma reforma”.

Frequêntadora de reuniões acadêmicas com Fernando Henrique Cardoso, ela analisa que a necessidade de haver poucos partidos nasceu nos anos 80, quando o sistema era visto como fragmentado. “A idéia era que, se se reduzisse o número de partidos, haveria maior governabilidade”, afirmou.

Os anos 90 teriam mostrado que o sistema político brasileiro pode funcionar com muitos partidos. O exemplo disso seria a era FHC, quando o presidente conseguiu a aprovação da maior parte dos projetos que lhe interessavam.

Para Maria Hermínia, o financiamento público de campanha deveria ser examinado agora. “Os outros não atrapalham o funcionamento da democracia.”

Folha de S. Paulo, 17/2/2002.

### **Deve mudar — Benevides quer lista fechada**

A cientista política e professora da Faculdade de Educação da USP Maria Victoria Benevides diz que, se depender do Congresso, a reforma política não acontece. “Se ficar restrita à questão congressional, não haverá mudança nem agora nem nunca. Ninguém vai cometer suicídio político.”

Por isso, a cientista política, ligada ao PT, defende que as mudanças na legislação sejam feitas por meio de uma consulta popular.

Entre as mudanças necessárias, Maria Victoria destaca o financiamento público de campanhas e mudanças no sistema eleitoral, como a instauração da lista fechada de candidatos (o próprio partido indica uma lista de nomes aos eleitores) nas votações proporcionais (Câmara dos Deputados, assembleias, câmaras municipais).

“A lista aberta torna difícil para o eleitor escolher e cria uma luta entre companheiros de partido.”

Sem as mudanças, a cientista política acredita que o sistema se torna pouco transparente, além de haver uma crise de representatividade no Poder Legislativo.

Idem, *ibidem*.

Acerca do tema tratado nos textos anteriormente apresentados, foram consolidadas as proposições a seguir.

#### **Proposição 1: PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º XXX, de 5 de março de 2002.**

Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3.º do artigo 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1.º O art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional de lista fechada, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. (NR)

§ 1.º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

Art. 2.º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação:**

Esta proposta visa fortalecer os partidos internamente, ao apresentar ao eleitor uma lista completa, fechada por partido, evitando-se assim o personalismo das campanhas e dando opção real ao eleitor, de escolha entre os programas diferentes dos partidos políticos, uma vez que a lista fechada tenderá a dar mais homogeneidade aos candidatos de um mesmo partido.

**Proposição 2: PROJETO DE LEI DO SENADO N.º XXX, de 5 de março de 2002.**

Institui lista fechada para as eleições proporcionais a partir de 2002, altera a redação dos artigos 84, 87, 88 e 92 do Código Eleitoral, Lei n.º 4.737 de 15 de julho de 1965 e legislação correlata que estabelece a forma de representação proporcional para eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os Artigos 84, 87, 88 e 92 da Lei n.º 4.737 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 84. A eleição para a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais obedecerá ao princípio da representação proporcional, obedecendo às listas partidárias fechadas registradas. (NR)  
(...)

Art. 87. Somente poderão concorrer às eleições candidatos registrados por partidos em listas estabelecidas em convenção. (NR)

Art. 88. Não é permitido registro de candidato, embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição.

**Parágrafo único.** Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional, o candidato deverá ser filiado ao partido na circunscrição que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos e em lista fixada pelo partido. (NR)

(...)

Art. 92. Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional, cada partido poderá registrar candidatos em listas compostas até o número fixado por lei. (NR)

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

Redija um parecer para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca das proposições hipotéticas 1 e 2 anteriormente apresentadas.

**(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)**  
**(valor: vinte pontos)**

---

Leia os textos seguintes.

Porém, uma outra linha de investigação leva à conclusão dramática e definitiva de que a democracia é impossível: de Michels. Sem dúvida, a lei de Michels — a lei de ferro da oligarquia — questiona até mesmo a possibilidade da democracia. É verdade que Michels não propôs uma teoria geral da democracia; seu esforço se concentrou no partido político.

(...)

Em seu funcionamento real, um sistema democrático é, em grande medida, um sistema de partidos. Nas palavras de Kelsen: “a democracia moderna está fundada totalmente sobre os partidos políticos; quanto maior a aplicação do princípio democrático, mais importantes são os partidos”. (...) Se a forma de vida democrática provém da criação voluntária de comunidades *inter pares*, livres e pequenas, também os partidos surgem como associações voluntárias e constituem, de fato, sua típica expressão política em comunidades políticas democráticas de grandes dimensões. (...) O partido político é o tipo de organismo político que mais se parece, ou deveria parecer-se, ao arquétipo de toda a democracia política autêntica.

Giovanni Sartori. *Teoria de la democracia*. Alianza Editorial Mexicana, 1989, p. 191-2 (traduzido e adaptado).

Entre as novas democracias latino-americanas, o Brasil é o caso mais problemático de experiência partidária. Aqui, ainda não assistimos à emergência de sistema partidário de perfil definido e duradouro. O presente quadro partidário caracteriza-se por sua mutabilidade, fragilidade e fragmentação.

Essa situação problemática não é simples manifestação de excessivo personalismo e descomprometimento ideológico-programático da prática política brasileira, nem um mero reflexo da desarticulação e desorganização da sociedade. Ela é produto das condições históricas do desenvolvimento partidário brasileiro. As freqüentes rupturas da ordem constitucional e a vigência de longos períodos de autoritarismo resultou em uma forte descontinuidade no desenvolvimento partidário. O predomínio de aparato estatal forte e centralizado, dificultando a constituição de uma verdadeira arena política nacional onde os partidos pudessem florescer, impossibilitou, no passado, a institucionalização de organizações partidárias.

Maria D’Alva Kinzo. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993, p. 95 (com adaptações).

Os dados confirmam e completam, ao mesmo tempo, as tendências de mudança de padrões da cultura política dos brasileiros constatada em capítulos anteriores: em primeiro lugar, reafirmam o crescimento do interesse do público pela política, ao longo do período de realização da pesquisa — 1989-93 —, e mostram que, de fato, perto de dois terços dos brasileiros declaram o hábito de ler ou assistir ao noticiário sobre atividades políticas; em segundo lugar, mostram que, do mesmo modo que no caso exitoso da transição espanhola, 40% a 50% dos brasileiros têm alguma preferência partidária declarada, mas apenas um terço deles afirma que, por ocasião de eleições, tenta convencer seus amigos a votar em candidatos que considera bons.

José Álvaro Moisés. *Os brasileiros e a democracia*. Ática, 1995, p. 242-43 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas nos textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema.

Partidos políticos e sistemas partidários afetam a política no Brasil com conseqüências para a democracia, para a representação de interesses populares e para o desenvolvimento econômico.

(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)  
(valor: vinte pontos)